

Face à la pénurie de main-d'oeuvre, les pays de l'UE optent pour l'« immigration choisie »

Diante da escassez de mão de obra, os países da UE optam pela "imigração selecionada".

Pressionados por diversos setores de atividade, governos de todas as cores políticas têm modificado sua legislação para suprir as lacunas.

No que diz respeito à imigração, os governos europeus lidam com paradoxos. Enquanto as travessias ilegais das fronteiras externas da União Europeia (380.000 em 2023, +17%) e os pedidos de asilo (806.000 de janeiro a setembro de 2023, +22%) atingiram o maior nível desde 2015-2016, os Vinte e Sete adotaram um conjunto de medidas restritivas, enquanto no Reino Unido, o governo de Rishi Sunak tenta dissuadir as chegadas pelo Canal da Mancha ao desejar transferir os solicitantes de asilo para Ruanda.

No entanto, ao mesmo tempo, a Europa com uma população envelhecida enfrenta escassez de mão de obra. Três quartos das PMEs do continente declararam, no final de 2023, estar à procura de pessoal sem sucesso. E a tendência está se agravando. Segundo Ylva Johansson, comissária europeia para assuntos internos, "nos próximos seis anos, cerca de 7 milhões de trabalhadores vão deixar o mercado de trabalho". As organizações patronais de muitos países estão exigindo soluções.

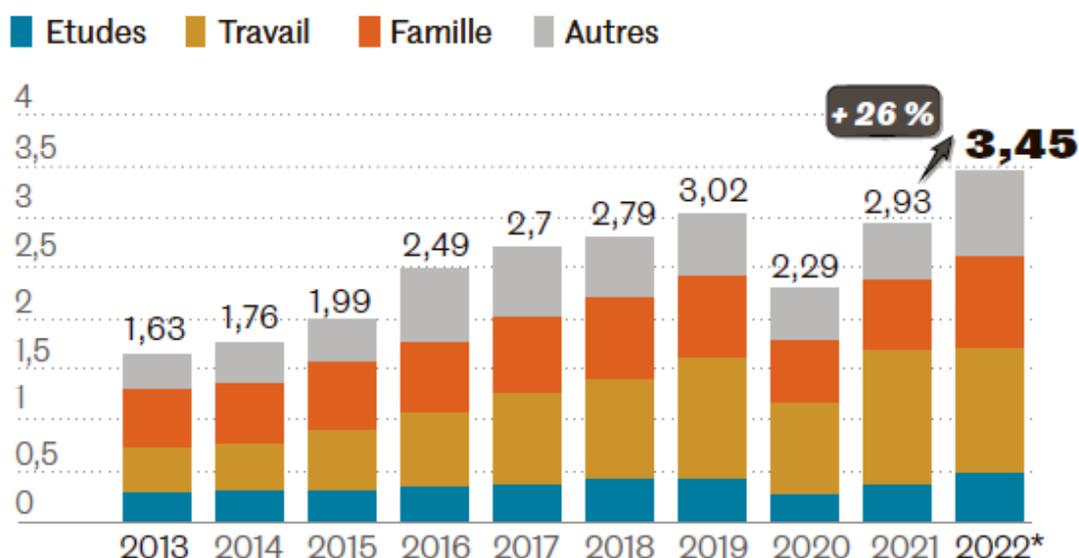
Diante dessas necessidades, a imigração legal em seu nível atual continua sendo insuficiente. Segundo Margaritis Schinas, vice-presidente da Comissão, em 2023, dos 3,5 milhões de pessoas que entraram legalmente na Europa, apenas 1,2 milhão tinham visto de trabalho. "Para evitar que muitas pessoas se arrisquem no mar e em suas vidas vindo para a Europa, é necessário oferecer-lhes um caminho muito mais seguro desenvolvendo meios de entrar legalmente, obtendo um visto de trabalho", argumenta Ylva Johansson.

Pressionados por diferentes setores de atividade, governos de todas as cores políticas, incluindo os mais hostis à imigração, recentemente modificaram sua legislação para suprir a escassez de mão de obra. Alguns estabeleceram fluxos de imigração "selecionada", fazendo acordos, quando necessário, com Estados terceiros frequentemente diferentes daqueles de onde provém a maioria dos migrantes que batem à porta da UE.

Na Hungria, uma súbita mudança política.

Em 2015, Viktor Orbán cobria a Hungria com cartazes proclamando que nunca permitiria que estrangeiros "roubassem os empregos dos húngaros". Nove anos depois, no início de 2024, os húngaros ficaram chocados ao saber que uma fábrica de equipamentos automotivos coreana instalada no norte do país havia decidido demitir cerca de quarenta trabalhadores húngaros para substituí-los por "trabalhadores convidados", incluindo do Vietnã. "É possível empregar um trabalhador estrangeiro apenas se nenhum húngaro estiver disponível para o cargo", teve que reagir, em 18 de janeiro, o porta-voz do governo, Gergely Gulyás, prometendo uma investigação contra a empresa. No entanto, esse episódio é uma consequência da súbita mudança política ocorrida no governo nacionalista do Sr. Orbán desde 2022. Após anos de oposição ferrenha a qualquer forma de imigração, ele abriu repentinamente as portas de seu país para dezenas de milhares de trabalhadores estrangeiros para atender às necessidades dos empregadores neste país com pleno emprego.

Nombre de premiers titres de séjour délivrés dans l'Union européenne, par motif, en millions, de 2013 à 2022



Infographie : *Le Monde* • Source : Eurostat

*estimé

Em poucos meses, os embaixadores da Hungria na Ásia se transformaram em representantes de vendas para trabalhadores estrangeiros, enquanto o governo promulgou uma lei para facilitar a chegada daqueles que ele chama de "trabalhadores convidados". Segundo Orbán, esses estrangeiros só poderão permanecer dois anos no território húngaro e não terão permissão para trazer suas famílias. No final de 2023, já eram quase 100.000, de acordo com as estatísticas oficiais, mas Viktor Orbán mencionou em março de 2023 a possibilidade de chegar a "500.000", um número considerável para um país de

10 milhões de habitantes. As Filipinas estão entre os países de origem privilegiados. No entanto, a Hungria até agora evita cuidadosamente recrutar na África.

A Alemanha reforma sua legislação.

Berlim reformou profundamente sua legislação para facilitar a imigração de trabalho. Desde a chegada ao poder de Olaf Scholz, em dezembro de 2021, vários textos foram adotados para facilitar os procedimentos de regularização de imigrantes sem documentos, simplificar o reconhecimento de diplomas estrangeiros, reduzir os critérios de elegibilidade para obter um visto de trabalho e implementar um sistema de pontos baseado em vários critérios que facilitam a busca por emprego (qualificação, experiência profissional, domínio do idioma, etc.). Em 19 de janeiro, o Bundestag aprovou uma lei que permite a um estrangeiro tornar-se alemão em apenas cinco anos - e não mais oito anos - após sua chegada ao território. Enquanto 13 milhões de trabalhadores deixarão o mercado de trabalho nos próximos quinze anos, cerca de um terço da força de trabalho atual, a Agência Federal de Emprego estima que 400.000 chegadas líquidas por ano são necessárias. De acordo com o Instituto de Pesquisa em Mercado de Trabalho e Formação Profissional, 1,7 milhão de vagas estão atualmente não preenchidas. Nos setores de tecnologia da informação, saúde, educação, metalurgia, mecânica e, transporte, a escassez de pessoal é particularmente preocupante. Nos últimos meses, vários ministros alemães viajaram para o exterior, incluindo Brasil, Canadá, Índia e Gana, para incentivar a vinda de trabalhadores qualificados.

Na Grécia, acordos com Bangladesh e Egito. As deportações quase sistemáticas de migrantes por Atenas para a Turquia continuam. Mas o primeiro-ministro, Kyriakos Mitsotakis, atendeu a um pedido do sindicato patronal, o SEV, ao fazer votar pelo Parlamento, em dezembro de 2023, uma medida que permite regularizar os migrantes sem documentos que trabalham na Grécia. Aqueles com um contrato de trabalho podem obter uma autorização de residência de três anos, mas devem deixar imediatamente o país se perderem o emprego. Segundo o Ministério da Agricultura, a Grécia precisa de cerca de 180.000 trabalhadores agrícolas a cada ano. De acordo com o SEV, 63% das empresas, especialmente na construção e no turismo, têm dificuldade para contratar. Em fevereiro de 2022, Grécia e Bangladesh assinaram um acordo prevendo a contratação de 4.000 trabalhadores agrícolas de Bangladesh por ano. Em outubro de 2022, um acordo semelhante foi concluído com o Egito para 5.000 trabalhadores que podem permanecer até nove meses no espaço Schengen.

A Polônia recorre cada vez mais a trabalhadores asiáticos. Em pleno crescimento econômico há uma década, a Polônia está cada vez mais recorrendo a

trabalhadores da Ásia para enfrentar a crescente escassez de mão de obra, especialmente na construção e na agricultura. Imagens de uma vila de contêineres destinada a abrigar cerca de 6.000 trabalhadores asiáticos no canteiro de obras de uma refinaria chocaram no verão de 2023. Essa prática de terceirização em larga escala, destinada a ser de curta duração, tende a se multiplicar, já que Varsóvia não tem acordos com Estados terceiros.

Nos últimos anos, houve um aumento sem precedentes de trabalhadores da Índia, Paquistão, Nepal, Bangladesh, Filipinas e Cazaquistão. Como destaca Dominika Pszczolkowska, do Centro de Pesquisa sobre Migrações da Universidade de Varsóvia, "é um fenômeno novo e exponencial, mas relativamente marginal em relação aos trabalhadores dos países da ex-URSS. As migrações desses países tendem a diminuir, daí a necessidade de recorrer à mão de obra asiática". Em 2022, a Polônia concedeu autorizações de trabalho a 41.000 indianos, 20.000 nepaleses e 22.000 filipinos. Os trabalhadores da Ucrânia seriam atualmente 1,5 milhão.

Após anos de oposição a qualquer forma de imigração, Viktor Orbán subitamente abriu as portas de seu país.

Na Itália, autorizações em alguns setores. A presidente do Conselho Italiano, Giorgia Meloni, fez da luta contra as migrações ilegais um dos pilares de sua ação. No entanto, ela não é insensível aos pedidos de empresas com grande necessidade de mão de obra, especialmente na agricultura e no turismo. Seu governo emitiu em julho de 2023 o decreto "fluxo", que organiza a entrada no território de 452.000 pessoas autorizadas a trabalhar na Itália, em determinados setores e por um período entre 2023 e 2025.

Os países com os quais a Itália firmou acordos sobre o controle da migração são favorecidos durante o processo online. Isso resultou em um recorde de 600.000 pedidos em 2023 para 136.000 vagas disponíveis. A promoção da imigração legal é um tema recorrente nos discursos da Sra. Meloni, fazendo parte do relato de seu plano de desenvolvimento para a África.

No Reino Unido, uma dependência estrutural.

Desde a entrada em vigor do sistema de vistos pós-Brexit, a migração legal para o Reino Unido atingiu um nível historicamente alto, com mais de 600.000 entradas líquidas entre junho de 2022 e junho de 2023, incluindo muitos estudantes, funcionários do setor de saúde e assistência social. Essas chegadas refletem uma dependência estrutural do Reino Unido em relação à migração, com 19% dos funcionários do NHS, o sistema de saúde público, não sendo cidadãos britânicos. No entanto, o governo de Rishi Sunak recentemente endureceu as condições para a concessão de vistos: a partir de 4 de abril, será necessário ter uma renda anual de pelo menos 38.700 libras esterlinas (45.200

euros), em comparação com as 26.200 libras anteriores (30.600 euros) para obter o direito de residência.

Na Suécia e na Dinamarca, a escolha de "pessoas altamente qualificadas". Desde novembro de 2023, o salário mínimo exigido para obter um visto de trabalho na Suécia dobrou, atingindo 80% do salário médio (26.560 coroas, cerca de 2.350 euros). Para a coalizão governamental, composta por partidos de direita e extrema-direita, o objetivo é "reduzir a imigração de trabalhadores pouco qualificados". Segundo o governo, os empregos vagos podem ser preenchidos por "pessoas que já estão na Suécia", considerando que o desemprego está em torno de 8%. Essa medida é fortemente contestada pelo setor empresarial, que destaca as dificuldades das empresas em recrutar: "Precisamos de pessoas altamente qualificadas, bem como de trabalhadores um pouco menos qualificados. Estamos ficando para trás em relação a outros países ao considerar a imigração de trabalho apenas como um problema", reage Sven-Olov Daunfeldt, economista-chefe da Confederação das Indústrias Suecas.

Por outro lado, diante da enorme escassez de mão de obra na Dinamarca, o salário mínimo para trabalhadores estrangeiros, estabelecido para atrair apenas pessoas altamente qualificadas, foi reduzido para 375.000 coroas por ano (cerca de 50.300 euros) em 2023.

Na Bélgica, onde 80% dos empregadores flamengos relatam dificuldades de recrutamento, sua principal organização, o VOKA, defende a concessão de autorizações de trabalho e de residência temporárias para não europeus em profissões com demanda. Eles estão especialmente visando a Índia e o México, onde vários milhares de cidadãos foram contratados. Acordos estão em negociação com o México e missões estão sendo conduzidas na Índia. Enquanto isso, políticos, empregadores e sindicatos da Valônia estão pedindo uma regularização em massa para ajudar nos setores de logística, construção e tecnologia da informação.

Na União Europeia, a Comissão propôs ferramentas aos Estados para identificar necessidades, facilitar o reconhecimento de diplomas de não europeus e unificar as regras de entrada. A UE introduziu o "cartão azul" para atrair trabalhadores qualificados com pelo menos um mestrado e já com um contrato de trabalho em um dos países da UE. Em 2022, havia 82.000 titulares do cartão azul. Eles também estão planejando um passaporte para trabalhadores menos qualificados.

cécile chambraud, avec nos correspondants en europe

